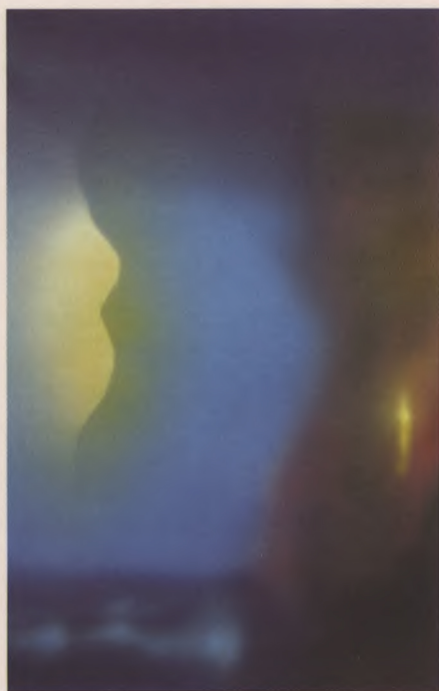


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PORTUGAL NA OBRA DE ANTONIO VIEIRA

"Todos os que na matéria de Portugal se guiaram pelo discurso erraram e se perderam".

Antonio Vieira, *Livro Antepimeiro da Historia do Futuro.*

Na linha das interpretações míticas de Portugal, a obra de Antonio Vieira ocupa um lugar de destaque, tendo em conta a importância dos seus conteúdos bem como a projecção que alcançou, nomeadamente em autores como Fernando Pessoa.

Foi Antonio Vieira quem melhor recebeu e projectou a ideia de império universal, agregando a ela o ser português. Para o jesuíta, ser português implicava projectar-se no mundo e viver para o mundo, elevar-se e sublimar-se num sonho de harmonia e paz universais, reinterpretando, à luz de categorias proféticas, a consciência de povo eleito, que encarna e protagoniza o sentido das profecias bíblicas sobre o quinto e último dos impérios.

Nele leremos uma concepção da história universal fortemente impregnada pelo movimento, pela transformação, pela novidade, pela reinterpretção em novos moldes dos textos antigos, de modo a exaltar e a sublinhar a missão de Portugal, no tão apetecido quadro barroco da articulação entre a pequenez dos meios e a grandeza dos fins e dos objectivos. *

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A importância dos fins, como horizonte da acção humana e particularmente dos Portugueses, condu-lo não à historia do passado mas à historia do futuro, a historia do "por vir" que se apresenta como via de superação da consciência de crise que o barroco expressa, e superação também do pessimismo antropológico que apresenta em tantos dos seus textos. O futuro em que devemos ter esperança é o do reino de Cristo consumado na terra, um império, que tendo uma expressão política, apresenta sobre ela uma natureza apostólica.

Essa mesma esperança não convidava à inacção ou à crença passiva num messias salvador, pelo contrário, era uma esperança dinâmica que nos obrigava, pela fé na assistência divina, afirmada desde Ourique, à transcendência de nós próprios.

Foi esse o núcleo da reflexão de António Vieira sobre o destino de Portugal e dos Portugueses, ou seja, ser português implicava, por si só, a capacidade de "sair de si", de "estar fora de si", tanto quanto de sair da pátria e de se fazer peregrino. Não esqueçamos, porém, que Vieira se movimentou habilmente entre o "mundo dos possíveis" e o "mundo dos olhos", pois enquanto o primeiro nos remetia para a corrente mais profunda e substancial da história, como processo linear inteligível, o segundo oferecia-nos o espectáculo do desconcerto, do triunfo das toupeiras sobre os lincês, da aparente vitória da "racionalidade dos peixes" sobre a "irracionalidade dos homens". O primeiro era o *tempo da conversão*; o segundo o tempo da *vita brevis*. Por isso, sobre a tão platónica distinção entre esses dois mundos, escreveu: "Os filósofos dizem que uma contraditória não cabe no mundo dos possíveis, eu digo que cabe no mundo dos olhos"⁽¹⁾.

Essa experiência da dimensão contraditória do "mundo dos olhos" foi também responsável por inegável pragmatismo, como ficou patente na sua acção diplomática, movendo-se sabiamente no complexo jogo de interesses das potências europeias no período das guerras da Restauração, contendo divergências potenciais com a Holanda, a fim de evitar a abertura de novas frentes de guerra, como também nos seus esforços para a criação de uma Companhia Geral de Comércio do Brasil, instituída em 1649, contra o parecer do Conselho de Estado e torneando o Santo Ofício. E neste contexto que se situam duas concisas missivas

⁽¹⁾ *Sermão da Quinta Quarta-Feira da Quaresma*, pregado em Lisboa em 1669.

ao seu amigo Duarte Ribeiro de Macedo, lembrando que não poderia entregar-se o governo de Portugal "a quem não viu mais mundo que de Lisboa a Belém"⁽²⁾, ou a quem só o viu "do Cais da Pedra até Sacavém"⁽³⁾, vincando o cosmopolitismo da Idade Moderna.

Por outro lado, a experiência do mundo, num quadro que integra a dimensão abstracta dos princípios e o caudal imenso dos acidentes e dos fenómenos, com que nos erguemos, como "anões aos ombros de gigantes", sobre os filósofos antigos e também sobre os modernos - sobre Santo Agostinho e sobre Suárez, sobretudo -, dera-nos a possibilidade de plenificar a história, erguendo-a a um novo e último estado, a que corresponderia também um novo estado da igreja de Cristo.

Mas aquele "sair de si", implicava não só a obrigação de "ser peregrino", como sobretudo uma peculiar forma de "loucura", e por isso, em mais uma das suas cartas a Duarte Ribeiro de Macedo, escreveu, a respeito da sua concepção de Portugal e do destino dos Portugueses: "Se é sonho eu durmo, e se é loucura eu sou louco"⁽⁴⁾.

Para o jesuíta, era necessário ser "louco" para ter um sonho do tamanho da paz e da harmonia do mundo, todavia, considerava duas formas distintas de loucura: a dos loucos que estão abaixo da razão, e a dos loucos que estão acima dela. Ambos estavam "fora de si". Os primeiros fora de si porque não se haviam ainda encontrado; os segundos, fora de si também, mas, porque se encontraram, a si próprios se deixaram. Deixar-se é elevar-se acima da mediania, acima do discurso lógico dos prudentes, acima do meio-termo e aspirar à extremosidade dos grandes projectos a que só os santos e os heróis são capazes de se projectar.

Ambos eram loucos, os primeiros eram os loucos propriamente loucos, os segundos eram, como disse António Vieira, os santos e os heróis, ou seja, os missionários, os navegadores, os soldados portugueses, enfim, os que estavam acima da razão!

(2) *Carta a Duarte Ribeiro de Macedo*, escrita em Roma, em 29 de Fevereiro de 1672.

(3) *Carta a Duarte Ribeiro de Macedo*, escrita em Roma em 13 de Dezembro de 1672.

(4) *Carta a Duarte Ribeiro de Macedo*, de 31 de Maio de 1672.

Por isso, Portugal não se entende pela razão, pois pela razão um povo tão pequeno não poderia construir um tão vasto império, nem poderia, depois de perder a sua independência, recuperá-la e resistir ao mais poderoso monarca da terra, conseguindo, além do mais, o que não conseguira quando unido a Espanha: recuperar o Brasil aos Holandeses⁽⁵⁾.

Dando eco a uma metáfora tipicamente barroca, Vieira expressou, a certa altura, a ideia de que o mundo era um grande "hospital de loucos", em que uns pelo peso dos vícios se espezinham na terra e se encaminham ao inferno, e outros, pela pureza da alma e pela força do ânimo, se elevam ao céu. Assim, encontrou nesta segunda forma de loucura a nossa natureza e a nossa grandeza, tanto quanto soube descrever, com inegável coragem, o estado de aviltamento do presente que foi o dele, dando-nos textos de fortíssima dimensão crítica relativos à inépcia dos governantes, à avidez dos colonos, à corrupção da vida pública, aos erros dos inquisidores, à inversão da razão de estado cristã e católica, vincando esta última sobretudo a propósito da perseguição aos "homens de nação"⁽⁶⁾. É na distância entre estes dois mundos que a sua obra se elabora, sempre com o objectivo de a reduzir a uma dimensão que tomasse possível projectar os homens para a eternidade. Esgotar o tempo para que pudéssemos viver para lá do tempo; plenificar a história para alcançar uma finalidade meta-histórica.

Por isso, considerava que assim como havia duas formas de loucura havia também duas formas de "ir pelo mundo": a dos néscios ou ignorantes e a dos peregrinos. A primeira era a dos que fora da terra onde nasceram se sentem desterrados. A segunda era a dos que sabiam que o mundo é a nossa casa comum no tempo e na história - porque na eternidade não há tempo nem há história.

⁽⁵⁾ Apesar de ser um astuto diplomata, Vieira nem sempre contabilizou a este respeito os interesses da Inglaterra na nossa vitória sobre a Espanha, como mais tarde faria D. Luís da Cunha no seu *Testamento Político*: "[...] pois a uma e outra potência [a Inglaterra e a Holandal convém a conservação de Portugal, e ainda mesmo à França, sem embargo das estreitas inclusões em que se acha com a coroa de Espanha", ed. Cadernos Seara Nova, 1943, p. 44.

⁽⁶⁾ Veja-se a este respeito, Pedro Calafate, "Ética, Política e Razão de Estado na obra de António Vieira", *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, tomo LUI, 1997, pp. 335-392.

Esta vertente fundamental do seu pensamento é também responsável pelo seu conhecido humanismo, pela forma como aproximou as raças, não apenas a respeito dos índios, como é mais conhecido, mas também a respeito dos "pretos", repetindo e sublinhando, no Sermão da Epifania, o episódio bíblico da mulher de Moisés que, oriunda da Etiópia, atribuía a cor mais escura da sua pele ao facto de ter nascido "mais perto do Sol", objectivando a causalidade.

Neste nosso texto não nos debruçaremos sobre a loucura dos que estão abaixo da razão nem sobre a ignorância dos desterrados⁽⁷⁾ 8, mas antes sobre a função dinâmica de Portugal no vasto âmbito do *tempo da conversão*.

1. A luz do mundo

A despeito daquela sua vertente tão crítica sobre a corrupção e aviltamento da vida pública, e deslocando-se para a ordem do "ser", Portugal surge-lhe como a luz do mundo, em contexto profético, recuperando temas estruturantes da nossa consciência mítica, com destaque para o milagre de Ourique, na linha de outras obras publicadas durante os séculos XVI e XVII, como a *Paráfrase* de D. João de Castro, o *Tratado da Quinta Monarquia*, de Frei Sebastião de Paiva ou a *Monarquia Lusitana* dos monges alcobacenses.

Proclamando com clareza que "todos os que na matéria de Portugal se guiaram pelo discurso erraram e se perderam"⁽⁸⁾ e querendo, portanto, elevar a reflexão sobre o destino de Portugal para um plano supra-nacional, estou em crer que um dos mais expressivos textos do nosso jesuíta sobre este tema é o sermão de Santo António, pregado na igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, precisamente o texto que motivará uma crítica severa de Luís António Verney, no século seguinte,

⁽⁷⁾ Sobre estes aspectos mais críticos da obra de Vieira veja-se o nosso estudo, "O Desconcerto do Mundo na obra de António Vieira", in Pedro Calafate, *Metamorfoses da Palavra - estudos sobre o pensamento português e brasileiro*, Lisboa, IN-CM, 1998.

⁽⁸⁾ *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, edição crítica de J. Besselaar, Lisboa, BNL, 1983, p. 68.

guiado por um modelo de racionalidade de sabor ilustrado e apoiado no racionalismo sensista e experimental[^].

A tese do jesuíta enfatizada neste sermão panegírico é a de que ser luz do mundo, nos outros povos é "privilégio da graça", mas nos Portugueses é "obrigação da natureza", daí que para ser grande seja necessário sair da pátria, tal como Santo António, "porque nasceu português"⁹ (10), associando-lhe assim a obrigação de ser peregrino.

Esta é a tese que alimenta o grosso dos seus escritos sobre o destino e vocação providencial de Portugal, a de que não basta nascer em Portugal para ser "verdadeiro português", sendo para tal necessário "ser luz do mundo", aqui se enraizando também a substância do lusocentrismo que veremos enunciado por Fernando Pessoa ou Almada Negreiros.

De facto, assim como para Pessoa, ser português implicava a assunção do cosmopolitismo naquela vertente que nos faria "ser tudo de todas as maneiras", por isso que "nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo"⁽¹¹⁾ e também porque "para nós o desnacionalizar-se é encontrar-se"⁽¹²⁾ tanto quanto para os outros povos o desnacionalizar-se é perder-se, assim também para Almada Negreiros, superada a sua fase de radicalidade futurista, "o povo português tem uma acessibilidade melhor dos sentimentos universais do que qualquer outro povo da terra. E mais creio que esta acessibilidade do universal é historicamente portuguesa"⁽¹³⁾.

Todos, em maior ou menor grau, temos presente a força e representatividade que esta corrente lusocêntrica, alicerçada em correntes míticas e proféticas, desempenhou na nossa consciência histórica, sendo certo que é em autores como António Vieira que poderemos encontrar a sua expressão mais sublime. Assim, continuando a expor o núcleo desta

(9) "Pareceu-me argumento não só singular mas inaudito querer fazer que os Portugueses fossem apóstolos por natureza", Luís António Vemey, "Carta sobre a Retórica", in *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. de A. Salgado Júnior, vol. II, Lisboa, ed. Sá da Costa, p. 31.

^m *Sermão de Santo António*, in *Sermões*, tomo VII, Porto, Lello e Irmão, 1959, pp. 61-62.

(11) Fernando Pessoa, entrevista a Alves Martins (1923), in *Obras de Fernando Pessoa*, org. de António Quadros, Porto, Lello e Irmão, 1986, p. 699.

(12) *Ibidem*, p. 700.

(13) Almada Negreiros, "Fernando Pessoa o Poeta Português" (1935), in *Obra Completa*, org. de Alexei Bueno, Rio de Janeiro, Editora Aguilar.

concepção de Portugal, afirma Antonio Vieira que Deus nos teria dado por missão nascer em Portugal e morrer no mundo, tendo pouca terra para nascer e toda a terra para morrer: "Tor isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas para a sepultura. Para nascer, pouca terra; para morrer toda a terra: para nascer Portugal: para morrer, o mundo."⁽¹⁴⁾.

E já no sermão sobre Francisco Xavier perguntava: "Que homens doudos são estes?", respondendo enfaticamente: "São uns homens que endoudecaram desta sorte, porque cada um deles se levantou a si sobre si"⁽¹⁵⁾.

Postas estas teses sobre o universalismo, a peregrinação e a loucura, impõe-se uma incursão no *Sermão dos Bons Anos* (1641), onde, animado pelos sucessos da Restauração sublinha a tentação do maravilhoso barroco no enquadramento do presente e futuro de Portugal, apelando à fé em "matérias não definidas posto que de grande certeza", subvertendo o primado da experiência e ensinando-nos a navegar entre as "dúvidas dos sentidos" e os "assombros da admiração". Era pois necessário, a fim de convencer os Portugueses do seu destino redentor, dizer-lhes primeiro o que iria acontecer, para que depois de sucedidos os factos neles pudéssemos acreditar, dizer as coisas antes que aconteçam, para que depois de acontecidas possam ser cridas: "O que está feito, o que se vê, o que se palpa, necessita de fé? Algumas vezes sim [...] porque sucedem casos no mundo tão novos e tão inauditos; sucedem cousas tão raras, tão prodigiosas, e por meio de proporção tão desigual, e muitas vezes contrárias ao mesmo fim [...] que ainda depois de vistas, parece que as duvidamos; ainda depois de experimentadas, quase as não acabamos de crer"⁽¹⁶⁾.

Por isso, em matéria de Portugal, não só era insuficiente o discurso racional, no sentido da lógica aristotélica, como também o discurso da experiência, por ser "mais assombroso que todo o assombro" o papel que desempenhamos no curso inteligível da história universal.

Naturalmente que não escaparia ao Jesuíta a questão de saber a razão porque, havendo tantas nações na terra, escolheu Deus a gente portuguesa para a missão de reunir os homens "no curral do Senhor",

⁽¹⁴⁾ *Sermão de Santo António, ob. cit., pp. 68-69.*

⁽¹⁵⁾ *Sermão Sétimo - Doudices, in Sermões, ob. cit., vol. XIII*

⁽¹⁶⁾ *Sermão dos Bons Anos, in Sermões, ob. cit., vol. I, p. 319.*

dando expressão histórica à tese bíblica que antevê, no final dos tempos, "um so ovel e um so pastor".

A este respeito, a contextualização profética e visionária dos seus escritos condu-lo a articular o milagre de Ourique com o livro de Daniel, a propósito da interpretação do sonho de Nabucodonosor. Disse Daniel a Nabucodonosor que Deus estabeleceria, no futuro, um quinto império, mais duradouro e consistente que qualquer dos quatro representados na estátua que fora objecto do sonho real (babilónico, medo, persa e grego). Este tema do quinto império sujeitou-se ao longo da história a compute diferente, assumindo-se mais tarde Roma como o quarto império, sendo neste conflito das interpretações que António Vieira, como antes dele D. João de Castro na sua *Paráfrase às Trovas de Bandarra* e Frei Sebastião de Paiva no *Tratado da Quinta Monarquia* introduziram o tema do quinto império, capitaneado por um soberano português, apoiados no suposto aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques, prometendo aos descendentes do então ainda infante D. Afonso, um império cristão.

Esta era uma das mais persistentes lendas fundadoras que agregava a consciência colectiva, apontando a esperança num futuro em que a um soberano português seria atribuído o braço temporal da igreja de Cristo, dando, como dissera Luís de Camões, em *Os Lusíadas*, a Deus "do mundo a parte grande".

Entendia António Vieira que a singularidade do reino de Portugal foi a de que "só ele, entre todos os do mundo, foi fundado e instituído por Deus"⁽¹⁷⁾, distinguindo-se aqui Portugal do reino de Israel, também ele instituído por Deus, no facto de termos nós origem na *vontade deliberativa* de Deus e os israelitas na sua *vontade permissiva* (Deus não quis, mas, em resposta à insistência do povo de Israel, permitiu que tivessem rei).

Na realidade, segundo os termos do suposto juramento de D. Afonso Henriques, forjado no final do século XVI pelos monges de Alcobaça e publicado, entre outros, por António Brandão na *Monarquia Lusitana*, Cristo dissera ao príncipe português, na véspera da batalha de Ourique e da sua aclamação como rei de Portugal " *Quero fundar em ti um império, não para ti, mas para mim*".

(17) *Sermão de Santo António, ob. cit., vol. VII.*

Queria isto dizer que tal império, não sendo "para" o soberano que o encabeçaria, mas "para" Cristo, não tinha um fim político, mas apostólico, aí se fundando a especificidade da nossa missão imperial. Daí a nossa particular esperança.

Este aspecto é crucial para bem compreendermos a força extraordinária que, ao longo do cristianismo, desempenhou a ideia de império, na medida em que se assume como garantia de unidade política, momento temporal de realização de uma unidade superior de natureza espiritual. Sendo a missão do homem caminhar para Deus que é puro espírito e também expressão máxima da unidade, sendo núcleo das metafísicas cristãs a primazia ontológica da unidade sobre a multiplicidade, concluímos que a unidade política se apresenta como via de realização de uma superior unidade espiritual, na medida em que a política não é agora uma instância autónoma que a si própria se justifique, como queria Maquiavel, mas uma realidade que tendo uma origem divina, tem um fundamento ético. Em certo sentido, a harmonia e paz políticas, garantidas superiormente pelo império, são condição e expressão da harmonia interior da pessoa humana e da sua realização ética.

Por isso, esclarece António Vieira que o império a que se refere e cuja realização histórica almeja não está associado à ambição, mas sim "à piedade e zelo da glória de Deus", assumindo-se como "instrumento temporal na sua esfera", proporcionado para a "conversão e re formação do mundo", sendo o imperador e o seu império "parte material e integrante do império universal de Cristo"⁽¹⁸⁾.

2. Paixão e Redenção

Colocada a questão neste domínio do "sonho" e da "loucura", cabe também sublinhar que essa obrigação de ter toda a terra para morrer, encarando a viagem e a peregrinação com a atitude dos sábios, implicava, na ordem das oscilações da história, um percurso de tribulação e de sofrimento, porque não há redenção sem paixão e porque a dor liberta.

⁽¹⁸⁾*Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo...*, in *Obras Escolhidas*, org. de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa, vol. VI, p. 100.

É por isso que em tantos dos seus textos se entrega a uma comparação sistemática entre a dor e o sofrimento dos Portugueses e a de Cristo, a dos Apóstolos, a dos Profetas ou a dos reis magos, mostrando, em tantos casos, quanto foi maior a nossa pena e, também, mais extraordinária a nossa obra, situando-se, mais uma vez, no tão apetecido plano da extremosidade barroca.

Em relação a Cristo, não era verdade que "Ele havia de morar no deserto; os nossos pelas matas e pelos bosques; Ele havia de se sustentar de gafanhotos, os nossos até de lagartos; Ele havia de matar a sede com mel silvestre, os nossos com o lodo dos charcos"?(19) *. Não era também verdade que Cristo com um gesto deu voz ao mudo e ouvidos ao surdo, e que na antiga Babel havia apenas setenta e duas línguas, ao passo que em cem léguas do rio Amazonas eram conhecidas mais de cento e cinquenta, e que para serem aprendidas "é necessário gemer com toda a alma; gemer com o entendimento, porque em tanta escuridade não vê saída; gemer com a memória porque em tanta variedade não acha firmeza; e gemer até com a vontade, por constante que seja, porque no aperto de tantas dificuldades desfalece e quase desmaia.(20)?

Em relação aos Apóstolos, hei-los cumulados de dons suprahumanos e prerrogativas sublimes, voando sobre as ondas, sendo-lhes concedidas as línguas de fogo com que num instante, sem esforço nem estudo, aprenderam as línguas de todos os povos da terra, superiores ao cansaço e à doença, sem nada de adverso que lhes barrasse o caminho. Em diferente situação, mas com o mesmo propósito estavam os Portugueses, "lutando com as ondas, com os escolhos, com os tufões, com as nuvens trovejando horrendamente, entre raios e coriscos, e com a natureza quase em delírio [...] saindo da pátria em grande número, sofrendo a novidade e a intempérie de climas estranhos, não preparados para resistir, atingidos por doenças incuráveis, e mais do que uma vez dando no mar sepultura aos companheiros"(21).

(19) *Exortação II em Véspera da Visitação da capela Interior do Noviciado*, in *Sermões*, vol. IX, p. 318.

^m *Sermão da Epifania*, in *Sermões*, vol. II, p. 24.

(21) *Chave dos Profetas*, livro III, edição crítica de Arnaldo Espírito Santo, BNL, p. 154.

No que concerne aos antigos profetas, lia-se na Bíblia que, com exceção de Jonas e Jeremias, pregaram a povos da própria nação e da mesma língua, como Ezequiel, sendo certo que, em matéria de pregação, poderia dividir-se a empresa em fácil, dificultosa e dificultosíssima. *Fácil* fora a dos antigos profetas; *dificultosa* a dos portugueses que ensinavam no Oriente, confrontando-se com línguas hieroglíficas, mas de que existiam textos escritos e gramáticas; *dificultosíssima* a dos pregadores do Brasil, onde "há línguas de tão escura e cerrada pronúnciação que verdadeiramente se pode afirmar que se não ouvem"⁽²²⁾, não sendo sobre elas possível trabalhar "com papel e lápis".

Faltam os reis magos para o confronto final entre o mundo antigo e o mundo moderno de que eram obreiros os Portugueses. Diz então o Jesuíta no belo sermão da Epifania que "a estrela dos magos nunca saiu do seu elemento; as nossas já no da terra, já no da água, já no do ar e dos ventos, suportam os perigos e rigores de todos"^{22 (23)}. Mas não era ainda esse o maior trabalho, pois faltava também aqui sublinhar o tão referido martírio das línguas, sendo certo que sendo os magos astrólogos entendiam a linguagem das estrelas e por isso lhes enviou Deus uma estrela; já para os Portugueses não era assim: "Lá, para entender a estrela, estudavam os Magos; cá, para entender o gentio, hão-de estudar as estrelas [os pregadores]. Nós, que os imos buscar somos os que lhes havemos de estudar a língua [...] mas sem livro, sem mestre, sem princípio e sem documento alguns, não uma, senão muitas línguas bárbaras, incultas e hórridas"⁽²⁴⁾.

Era por isso difícil a tarefa de lidar com as gentes, mas era também difícilíssima a tarefa de vencer a natureza para chegar a elas. Essa era outra expressão da dor, do sofrimento e do martírio por que haveriam de passar os Portugueses nesta sua condição de redentores e de "causas segundas" da "segunda criação do mundo", dando-nos descrições sublimes da terra brasileira, dos seus vales, rios, montanhas e praias, e assim como no que se refere ao homem não caiu nas seduções do "bom selvagem", também a respeito da natureza não veiculou a tese do paraíso tropical....

(22) *Sermão do Espírito Santo*, in *Sermões*, vol. V, p. 411.

(23) *Sermão da Epifania*, ob. cit., p. 434.

(24) *Sermão da Epifania*, ob. cit., p. 435

Veja-se o caso dos nossos soldados: "Quem andou nunca, nem ainda correu com a imaginação os caminhos que fazem estes soldados? Daqui a Pernambuco, daqui à Paraíba, daqui ao Rio Grande, e mais abaixo, por sertões de trezentas e quatrocentas léguas [...] atravessando rios tantos e tão caudalosos, sem barca, sem ponte mais que os braços e a indústria para os passar [...] com perigos no deserto, porque são vastíssimos os despovoados que passam, sem casa, sem gente, e muitas vezes sem rasto de fera nem de animal, mais que céu e terra [...] nus, despidos, descalços, ao sol, ao frio, à chuva, às inclemências dos ares deste clima, que são os mais agudos que se sabem [...] jejuando e padecendo as mais extraordinárias fomes que nunca suportaram corpos mortais."⁽²⁵⁾

A esta experiência da "*natureza dificultosíssima*" haveria que associar a vivência dos pregadores, percorrendo centenas de léguas em praias assoladas por tempestades de areia e vento cortante, sendo necessária "tanta força para romper por ele, como se fora um homem nadando, e não andando"^{25 (26)}.

Deve notar-se que este discurso do jesuíta sobre a missão de Portugal desenvolve-se no contexto do preceito católico de que "fora da igreja não há salvação", embora, no caso de Vieira e contra os doutores escolásticos, fora da igreja possa não haver condenação às penas eternas do inferno, como sustentou a propósito da discussão em torno da então designada "ignorância invencível" dos índios.

Havia pois, nesse império apostólico, que estabelecer, sobre a igualdade natural de todos os homens e de todas as raças, a comunhão no seio da igreja concedida pela graça de Cristo e pelo valor ético das obras. Neste aperfeiçoamento da natureza humana decaída pela graça de Cristo mediante o ofício de mediação sacerdotal que ao novo estado da igreja competia, cabiam todos os povos da terra, reunidos sob o signo da cristandade, dando corpo ao quinto império, ou reino de Cristo consumado na terra.

⁽²⁵⁾ *Sermão da Visitação de Nossa Senhora*, in *Sermões*, vol. IX, p. 322.

⁽²⁶⁾ *Obras Escolhidas*, com prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa, vol. V, p. 95.

3. Portugal e a segunda criação do mundo

Este estado de comunhão entre nações, povos e raças distintas correspondia a uma nova criação do mundo, uma "segunda criação" em que Portugal se afirma como "instrumento" de Deus, ou melhor, como "causa segunda".

Era certo que depois do sexto dia da criação Deus nada mais criara em termos de substância corpórea ou material, pois somente cria de novo as almas, que são espirituais. Por isso, esta nova criação a que metaforicamente se refere Vieira pode e deve ser figurada pela penetração da luz nas trevas, um bíblico *ĪÆf lux*, não apenas a luz do conhecimento sobre tantos mares e terras até então desconhecidos, como também a luz interior que dá a paz e a harmonia espiritual a cada homem, através do *munus* da pregação.

O resultado será, como sempre pretendeu sublinhar, não apenas um Novo Mundo, porque o homem sendo um ser no mundo não é um ser do mundo, como sobretudo uma nova igreja: "E porque o fim deste descobrimento ou desta nova igreja era a igreja também nova; que Deus pretendia fundar no mesmo Mundo Novo, acrescentou logo que também havia de criar uma nova Jerusalém, isto é, uma nova igreja da qual muito se agradasse"⁽²⁷⁾.

Surgem assim os Descobrimientos portugueses como início de uma nova criação do mundo e antecâmara de um novo império, o mesmo império que Daniel anunciara a Nabucodonosor como sendo bem mais consistente, por não conhecer as condições que debilitaram e arruinaram os quatro anteriores, um império que não se identificava com o dos imperadores romano-germanos do seu tempo, mas que suportado na "novidade do novo céu, da nova terra e do novo mar, se ordenava à fundação de outra nova igreja" que se alargaria a "nações e reis gentios, que nela receberiam a luz da fé, e sujeitariam suas coroas ao império de Cristo"⁽²⁸⁾.

São os Descobrimientos portugueses que despertam este discurso da novidade e modernidade da segunda criação, pois, como veremos mais adiante, Vieira sustentará que os verdadeiros antigos são os modernos,

(27) *Sermão da Epifania*, vol. II, *ob. cit.*, p. 8.

(28) *Sermão da Epifania*, *ibidem*, pp. 8-9.

fazendo-se eco de intensa querela europeia. Este quinto império nasce a partir de tudo o que é "novo" e "outro": "Esta é a terra nova e o céu novo, que Deus tinha prometido por Isaías [...] novos cabos, novas ilhas, novas regiões, novas gentes, novos animais e novas plantas [...]. Da mesma maneira o céu também começou a ser outro. Outros astros, outras figuras celestes, outras alturas, outras declinações, outros aspectos, outras influências, outras luzes, outras sombras e tantas outras coisas todas outras"⁽²⁹⁾.

Este foi o grande movimento de abertura do mundo aos novos peregrinos, marcando o início do futuro com a passagem do Cabo Não, acentuando a obrigação "natural" dos Portugueses em saírem da pátria para se fazerem peregrinos, quais homens que endouceram "porque a si se levantaram sobre si".

Esta era também a principal diferença entre a primeira e a segunda criação do mundo, pois tendo Deus criado o mundo, na primeira criação, por si só e sem concurso das causas segundas, agora, para "nova e singular glória da nação portuguesa [...] tomou por instrumento dela os Portugueses"⁽³⁰⁾. Assim, no seu Livro Antepreimeiro da História do Futuro, sustentará que "Portugal será o teatro, o princípio e o fim destas maravilhas"⁽³¹⁾, impulsionadas pela desproporção e pela extremosidade inaudita, tornando-nos poderosos contra todos os impossíveis, pois tomando, como sugere, "os compassos a Portugal e ao mundo", quem se atreveria a "igualar estes paralelos"?⁽³²⁾.

No entanto, a respeito do quinto império, cumpre sublinhar uma questão que se nos afigura relevante no contexto do seu pensamento, que é a de saber como se articula a defesa da legitimidade natural do poder dos príncipes gentios com a necessidade de se submeterem ao novo poder temporal do império cristão?

Um dos textos mais belos e sublimes do humanismo português é o que se nos apresenta no seu discurso sobre os índios de S. Paulo, proferido perante os padres da Província brasileira da Companhia de Jesus, em 1694, já perto do final da sua vida. Perante a pressão dos Paulistas para explorarem os índios na saga do ouro recentemente

⁽²⁹⁾ *Sermão da Epifania*, vol. II, *ibidem*, p. 7.

^m *Sermão da Epifania*, vol. II, *ibidem*, p. 7.

⁽³¹⁾ *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, edição de J. V. Besselaar, Lisboa, BNL, 1983, p. 30.

⁽³²⁾ *Ibidem*, p. 59.

descoberto nos ribeiros de Itaberaba, Vieira insurge-se e proclama no seu voto de vencido: "Assim como o espanhol ou genovês cativo em Argel é contudo vassalo do seu rei e da sua república; assim o não deixa de ser o índio, posto que forçado e cativo, como membro que é do corpo e cabeça política da sua nação, importando igualmente para a soberania da liberdade, tanto a coroa de penas, como a de ouro, e tanto o arco como o ceptro."⁽³³⁾.

Este preceito, que Vieira faz radicar nos princípios cristãos, tem um fundamento tomista e fora também expresso por Francisco Suárez ao proclamar que o poder dos príncipes cristãos, "em si mesmo" não era de maior nem de diferente "natureza"⁽³⁴⁾ do poder dos príncipes pagãos.

Mas, assim colocada a questão da igualdade entre o arco e o ceptro, a coroa de ouro e a de penas, convém sublinhar que Vieira - tanto como Suárez - estava a referir-se ao plano da "natureza", por isso que o poder é naturalmente constitutivo da comunidade humana e o Estado tem fundamento no direito natural. Outra será a perspectiva quando equacionamos a necessidade de a natureza ser aperfeiçoada pela graça, e de o poder temporal, que radica na comunidade humana, ser aperfeiçoado pelo poder espiritual da igreja, sendo certo que, no plano dos factos, este processo só poderia realizar-se por livre consentimento e não por constrangimento ou violência, socorrendo-nos do magistério da palavra. Então, e só então: "O Mundo e a Igreja serão uma só casa; e todos os seus habitantes de um só costume, de uma só fé, de uma só obediência, de um só consenso e, mais perfeitamente, na consumação da Igreja do que no princípio, todos serão um só coração e uma só alma"^{34 (35)}. Era este o quinto império que teria os Portugueses como principais obreiros, consumando, na terra, o reino de Cristo.

o³)"Voto sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios", in *Obras...*, *ob. cit.*, vol. V, p. 341-342.

⁽³⁴⁾Francisco Suárez, *De Legibus*, III, XII,9.

⁽³⁵⁾*Chave dos Profetas*, Livro III, ed. crítica de Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, BNL, p. 503.